

ATA N.º 1552/12

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e doze, reuniu-se o Legislativo Municipal, em *Sessão Ordinária*, presidida pelo Vereador Marcos Roberto Gehlen - Tuco (PT) e secretariada pelo Vereador Joacir Vanderlei Menezes da Silva (PMDB). Presentes os demais Vereadores: Ari Arnaldo Müller (PDT), Carlos Einar de Mello - Naná (PP), Iria Therezinha Camargo Nessy (PPS), José Alfredo Schmitz (PMDB), Laureno Aloísio Renner (PSB), Marcelo Petry Cardona (PP), Roberto Braatz (PDT) e Rosemari Almeida (PP). Às dezenove horas, o Presidente declarou abertos os trabalhos e convidou o Sr. Eduardo Nunes, representando a Comissão Organizadora do Festband, para fazer uso da Tribuna Livre, conforme requerido, objetivando falar sobre a 7.^a edição do evento, *que assim manifestou-se*: Tenho dezessete anos, estudo na Escola Estadual Técnica São João Batista e estou representando a Comissão Organizadora do sétimo Festband. Ele tem o objetivo de incentivar e promover a cultura musical em Montenegro. Foi criado há sete anos exclusivamente para os alunos do São João. Era um festival fechado, até que, em dois mil e dez, do Teatro Roberto Atayde Cardona passou a ser realizado no Clube Riograndense, quando pudemos abrir para o público em geral. Em dois mil e doze, tentamos inovar mais uma vez, abrindo para todo o Município. Sendo dessa forma, passamos em todas as escolas de Montenegro divulgando o início das inscrições. Tivemos várias, de diversas bandas, com vários estilos. Foi um sucesso, tivemos que fazer até uma pré-seleção para escolher as bandas que seriam a atração no Festival. Este vai continuar sendo realizado no Clube Riograndense, no dia vinte e três de novembro. A gente conta com o apoio de vocês para tudo que precisarmos. O Festband acontece todo ano, a partir de patrocínios que a gente busca, e com o apoio da Escola utilizamos sua verba. Temos muita falta nesta questão financeira. Precisamos muito do apoio de vocês nisso e também na questão da divulgação. Sempre tivemos a ideia e o objetivo de entrar no Calendário Municipal de Eventos, pois sempre tentamos incentivar e promover toda essa parte artística e musical em Montenegro, que tem o título de "Cidade das Artes". Precisamos, para dar mais essa evolução, do apoio da Prefeitura. Principalmente ano que vem, quando houver uma nova Comissão. *Presidente da Câmara, Vereador Marcos Gehlen*: Parabenizo a organização do Festband, a professora que vem os acompanhando, o Eduardo, e podem contar sempre com o apoio desta Casa. *Na sequência*, o Presidente solicitou ao Secretário que procedesse a leitura do salmo bíblico e do Resumo da Ordem do Dia da Ata anterior – 1551/12 – que foi devidamente aprovada. Após, foi lido o Expediente e dado seu destino. *Dando continuidade à Sessão, teve início a Hora dos Oradores. O primeiro a se manifestar foi o Vereador Laureno Renner, nos seguintes termos*: Sei que a resposta que recebi a um Pedido de Informação apresentado por mim não é o que vem acontecendo de fato. A Vereadora Rosemari sempre contestava as respostas, o Vereador Marcelo também. Infelizmente, as respostas vêm incompletas. Aí usam o recurso para comprar um veículo, para fazer um trabalho numa área e, no entanto, ele é usado em outras áreas. Aí dizem que o



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

Montenegro Cidade das Artes



trabalho não é prejudicado, mas as pessoas ficam sem poder trabalhar porque não tem o veículo para trabalhar. Recebo resposta de que isso é combinado, que não dá transtorno, problema nenhum. Infelizmente, esse é o retrato que a gente vem assistindo. Tentamos, de certa forma, alertar ou contribuir para que realmente os serviços públicos funcionem, venham ao encontro da população e não de alguns interesses. Dessa forma não funciona. Aqueles que acompanham as Sessões irão ver que faço poucos Pedidos de Providência, mas, às vezes, a gente se obriga a fazer um Pedido. Prova disso é que não podemos fazer um Pedido de Providência, porque termina virando em autuação do proprietário para consertar calçada que foi estragada pela própria Prefeitura. Senhora idosa, cheia de problemas, agora tem que ir atrás de testemunhas para dizer que realmente foi a Prefeitura que estragou a calçada. Eles ficaram mais ou menos um ano trabalhando naquela esquina até conseguir solucionar. Acredito que faz uns três ou quatro anos, e se deram ao trabalho de realizar consultas na Secretaria Municipal de Viação e Serviços Urbanos – SMVSU, com parecer da Secretária de Obras, do Departamento de Saneamento e Urbanismo – Dsurb, dizendo que nos últimos três anos não foi feita nenhuma obra naquela calçada. Faz mais de três anos que a calçada está com problemas. Fazemos um Pedido de Providências para a Administração tomar providências, o fiscal vai lá e autua a proprietária, dando prazo para consertar a calçada. Estou tentando conversar com os chefes maiores, mas está difícil. Os pareceres dos setores já foram dados. Aconselhei-o a segurar mais um pouco. Mas, provavelmente, teremos que entrar na Justiça para que a Prefeitura conserte a calçada, inclusive cobrando danos morais, porque o que estão fazendo com essa cidadã não se faz nem para um bicho, não que os bichos sejam inferiores aos humanos, mas usamos essa expressão. Lamentamos quando esse tipo de coisas acontece e a desorganização de alguns setores, porque um faz uma coisa, muitas vezes pela metade, outro faz uma parte da outra metade, e os outros, quando vão lá terminar, deixam a sujeira para um outro ainda recolher, e aí termina acontecendo isso. Na Administração não há registro de quem fez algum serviço lá, e aí essa proprietária vai ter que fazer a calçada. Nas últimas horas, fiquei bastante chateado. Tenho desde o primeiro ano de meu mandato me dedicado à questão das pesquisas. Muito “pano pra manga”, muita reunião, inclusive homenagem aqui à pesquisa científica dos alunos da Escola São João Batista, que culminou no projeto das meninas, o Jambolão. Elas andaram pelo país, e inclusive no exterior, expondo o trabalho. Foi interessante a nossa luta. Posteriormente, a Câmara instituiu prêmio aos vencedores de cada categoria da Exposição de Trabalhos Técnicos – EXPOTEC. Houve a visita da Câmara de Vereadores ao local e a gente não foi nem sequer lembrado para poder participar. Acho que o mínimo era sermos convidados para ir junto, pois me empenhei tanto para isso acontecer. Manifesto minha tristeza com a forma como as coisas acontecem, mas a vida continua. Uns fazem política e outros fazem campanha, isso tenho sentido bastante. **Vereador José A. Schmitz:** Semana passada, usei a Tribuna para falar sobre o tratamento de esgotos da Penitenciária Modulada de Pesqueiro, um assunto velho, que não tem sido respeitado pela Superintendência dos Serviços Penitenciários – Susepe. Encaminhei o documento que li aqui ao Município e ao Ministério Público. Tive a agradável surpresa ontem, pois o Promotor de Justiça Especializada, Thomás



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

Montenegro Cidade das Artes



Colletto, solicitou a interdição da Penitenciária enquanto não for resolvido o problema ambiental, que é gravíssimo, conforme havia relatado aqui. Com isso, não haverá a entrada de mais nenhum preso. Permanecerá os que estão lá, embora sejam em número três vezes superior ao projetado para o local, que não tem as condições mínimas de tratamento de esgoto. Agora se aguarda a decisão da Juíza no sentido de que se atenda ou não ao pedido do Ministério Público. Nessa mesma linha, há uma decisão judicial em que se prevê que não pode haver o acréscimo de presos enquanto isso não for resolvido. No entanto, o Estado e a Susepe anunciam toda semana que vai começar a transferência de presos para Montenegro. De forma alguma sou contrário, já é uma realidade a Penitenciária, mas temos que ter o respeito, a dignidade de tratá-la como qualquer empreendimento da cidade. Levantei esse tema, que já vinha sendo discutido pelo Ministério Público e o Judiciário, mas que a Susepe ia empurrando. Segundo nota de hoje da Susepe, está sendo contratada empresa para fazer uma obra que deve demorar em torno de um ano e meio, para só depois receber novos presos. Toda semana é anunciado o início da remoção de presos do Presídio Central de Porto Alegre para Montenegro. Essa discussão vem em boa hora e gostaria que a própria Câmara, os demais colegas Vereadores, fossem até o local conhecer a realidade, que é gravíssima. Agora, aguardemos por uma decisão da Juíza Criminal de Montenegro. Cada Vereador deve ter recebido correspondência do Promotor Thomás Colletto, sugerindo que Montenegro adote a Lei da Ficha Limpa, a exemplo de Salvador do Sul. Esse processo tramita na Câmara de Vereadores desde catorze de abril de dois mil e onze. Está sendo ultimado e quero terminar meu mandato com esta Lei aprovada, até porque há vários entendimentos jurídicos, mas com parecer contrário do Consultor Jurídico da Casa. Em Salvador do Sul foi feita pelos Vereadores; em Montenegro não pode. Em Santa Rosa também foi feita pelos Vereadores. Encaminhei Indicação ao Executivo para que este fizesse. Dei um ultimato para que ela fosse apresentada ou não, para que pudéssemos tomar outros caminhos, mas queremos que ela seja implantada. A mesma Lei de Salvador do Sul, que está tramitando aqui, tem um parecer contrário da Casa, mas acho que temos que discutir e avançar. Não adianta haver a aplicação dessa Lei para quem exerce cargos eletivos, os quais daqui a pouco podem ser disfarçados de Cargos em Comissão ou outros, dentro do serviço público. É importante que isso possa acontecer também aqui em Montenegro. *Em aparte, o Vereador Marcelo Cardona:* Apoio sua iniciativa e sugiro que se amplie também para a questão do nepotismo, para que não haja discussão judicial de mérito como tivemos durante três anos, sobre o pai do Prefeito ser "cargo de confiança" da Administração, que não se busque esse vazio da legislação ou subterfúgio para se utilizar desses cargos da forma como foi feito na Administração vigente. Aproveitar essa legislação e disciplinar a questão do nepotismo. *O orador retoma a palavra:* Há entendimento do nosso Jurídico que é vício de origem, que a iniciativa deveria ser do Executivo, mas, em Santa Rosa, a Lei foi feita pelos Vereadores, assim como em Salvador do Sul. Anexe ao processo matéria sobre o Vereador de Salvador do Sul, Jair Montiel, que propôs o projeto de lei. Vamos discuti-lo. É cópia da legislação que apresento e quero que avance. Tivemos na Câmara emenda aprovada e posteriormente vetada pelo Prefeito Percival de Oliveira, sobre a contratação dos Agentes



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

Montenegro Cidade das Artes



Comunitários de Saúde. A Câmara apresentou emenda ao projeto, prevendo o prazo de trinta dias para o Executivo abrir processo seletivo após a vigência do prazo do contrato, que era de seis meses, que, no texto original, previa a sua prorrogação por mais seis meses. Na época do veto, me manifestei da seguinte forma: "Conversando com alguns juristas, o veto é legal, tendo em vista que o Poder Legislativo jamais pode interferir nas ações do Executivo. Então, voto pelo veto e contrário à decisão da Comissão Geral de Pareceres – CGP, até porque respalda isso a Constituição Federal, a Estadual e a Lei Orgânica do Município". Pois o Tribunal de Justiça despachou nos seguintes termos: "Recebo a petição inicial da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN e defiro a suspensão dos efeitos do artigo sexto da Lei Municipal n.º 5.671/2012. Mando que se notifique e se cite, na forma da lei, conforme requerido à folha dez. Após a defesa, dê-se vista ao Ministério Público. Porto Alegre, onze de outubro de dois mil e doze. Desembargador Carlos Cini Marchionatti, relator". Então, já estão suspensos os efeitos dessa Lei, mas, agora, por questão de entendimento, está posto, está clara esta declaração de inconstitucionalidade a qual já havia me referido no dia da votação do veto. *Em aparte, o Vereador Roberto Braatz:* Com relação à comunicação do Ministério Público, penso que temos de votar sim! Apoio integralmente sua iniciativa. Sobre a parte final, quero deixar claro que usei a Tribuna naquele dia para dizer que era uma manobra que os colegas Vereadores estavam apresentando para não votar contra o projeto. Fui muito claro naquela oportunidade, dizendo que essa emenda era inconstitucional. Expressei com estas palavras: "A emenda apresentada pela CGP é inconstitucional". Falei muito claramente naquela noite, não tinha a menor dúvida de que seria fulminada por uma ADIN. *O Vereador Schmitz intervém:* Foram sete votos favoráveis e três contrários, dos Vereadores Joacir, Schmitz e Braatz. *O Vereador Roberto Braatz prossegue seu aparte:* Sempre digo que, quando os projetos são bons, o Vereador Braatz, independente de quem seja o Prefeito, vota a favor. Quando o projeto não é bom, ele vota contrário. E se a emenda não é boa, parta de onde parta, também não posso ser favorável; e a emenda não era boa, era inconstitucional, está aí a prova. Éramos minoria, mas a minoria é quem tinha razão. *O orador retoma a palavra:* Sobre outro tema que considero de muita importância e que foi muito debatido aqui na Casa nos últimos tempos, especialmente no período pré-eleitoral. Quem não conhecia o dia a dia da cidade e ouvia as posições aqui da Tribuna, contrárias à Administração de Montenegro, contrárias às questões que vinham se desenvolvendo na cidade, parecia que aqui era o fim do mundo, não tinha nada na cidade. Essa semana, me chamou a atenção matéria do Grupo RBS que faz uma análise dos partidos políticos no Estado e onde estão suas forças: o Produto Interno Bruto – PIB e o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico – IDESE dos principais municípios. Diz a matéria: "A partir de levantamentos em ZH Dados, petistas administrarão vinte e quatro por cento das cinquenta cidades com maior PIB no Rio Grande do Sul. O Partido Democrático Trabalhista – PDT, vinte e dois por cento". Entre os cinquenta maiores municípios, em destaque está Montenegro, o vigésimo quinto PIB e décimo nono IDESE do Estado. Não vou discutir a questão de méritos, porque, defeitos, vamos encontrá-los onde quisermos, mas também temos méritos. A Administração tem levado muitas críticas. Tive um exemplo disso



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

Montenegro Cidade das Artes



no momento em que foram entregues, pelo Superintendente do Banco do Brasil, os ônibus comprados pelo Município, algo muito discutido aqui na Câmara. O Superintendente deixou bem claro para quem estava lá que Montenegro conseguiu esse financiamento e conseguiu ganhar um ônibus a mais, que veio, digamos, de “brinde”, pela boa gestão, pelos números. No painel da RBS em Montenegro, com a presença do Jornalista Lasier Martins, foi dito que existem problemas, mas Montenegro tem, atualmente, uma capacidade invejável no Estado. O Município de Montenegro tem grande potencial de investimentos, um grande índice de endividamento possível para investimentos em nossa cidade. Temos coisas boas que, às vezes, são escondidas, só se veem as coisas ruins. Montenegro hoje está entre as principais cidades e não é por acaso. Há uma série de trabalhos feitos no decorrer dos anos, mas está dentro de um contexto das principais cidades e com potencial de crescimento. **Vereador Marcelo Cardona:** Não tinha intenção de falar, mas, diante das manifestações do Vereador Schmitz, tenho que fazer algumas considerações. Quando se faz uma crítica não se diz que “a terra está arrasada”, que nada é bom; mas não podemos minimizar esses números e achar que as coisas vão bem, e é sempre nesse sentido que me manifesto. Se o nosso IDESE é o décimo nono, há quatro anos era o décimo oitavo. Então, pioramos em relação há quatro anos. Já foi melhor com menos dinheiro. Demonstra que involuímos. Mais recursos, mais Orçamento engordado pela ação das empresas, principalmente pelo retorno de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS. Então, se mais recursos públicos se colocaram à disposição da Administração Pública, dever-se-ia ter melhor desempenho da Administração Pública. Pioramos em relação aos índices da Educação. Nossa nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB é pior que quatro anos atrás. Nossa posição na Saúde é pior que há quatro anos. Então, pioramos com mais dinheiro. Dizer que o Município de Montenegro está entre os vinte e cinco com maior arrecadação, claro que está; por responsabilidade de quem? Do crescimento, principalmente das empresas que aqui se instalaram. Mas elas criaram as condições para que se melhorasse a qualidade de vida da nossa cidade, e a Administração não fez isso. Nossa posição na Saúde é quase a mesma do ano dois mil, quando o Orçamento era de vinte e seis milhões de reais. Temos quase cento e cinquenta milhões de reais e nossa posição é praticamente a mesma em termos de indicadores. Em termos de retorno de ICMS, pouco a Administração interfere nisso. Quando se discutiu a questão dos ônibus escolares, os Vereadores não eram contra a questão da aquisição. Queríamos a informação de como seriam utilizados os ônibus escolares. Todas as vezes que a Câmara de Vereadores quer questionar alguma coisa, a primeira reação do Poder Executivo é que os Vereadores são contra, assim como os Vereadores eram contra a Expomonte. Eram contra porque queriam justamente questionar o prejuízo que sabíamos que daria, e que depois veio aqui, goela abaixo, para que os Vereadores autorizassem pagar a conta. Mas quando queríamos questionar qual era o valor do ingresso, de que forma seria a contratação, “não, os Vereadores são contra o povo, os Vereadores não querem festa e o povo quer a festa”. No entanto, o prejuízo era anunciado, porque, um dia antes da Festa, estava anunciado que haveria um grande prejuízo. Um projeto como o da Expomonte, em que se discute que a Prefeitura vai gastar



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

Montenegro Cidade das Artes



quinhentos mil reais para fazer uma festa, a qual as pessoas não têm acesso. Essa é a discussão, mas não como o senhor, Vereador Schmitz, está dizendo agora, que alguns Vereadores eram contra a compra dos ônibus. Não, só queríamos questionar de que forma seriam utilizados os ônibus. Até cadeirantes botaram na Câmara para constranger os Vereadores com o argumento de que eram contra os portadores de necessidades especiais. Isso é que criticamos, assim como criticamos, sistematicamente, durante todo meu mandato, com relação à utilização dos recursos públicos. A “cidade horrível”, a “cidade da terra arrasada”, não é isso, mas a cidade poderia ser muito melhor com o dinheiro que tem. A cidade poderia estar muito melhor em termos de qualidade de vida com o crescimento da arrecadação, caso não tivessem tantas obras e questões em que não existe controle sobre o recurso público. Nas ruas é só caminhar para ver o descontrole do gasto público. Qualquer número da Administração claramente demonstra um crescimento de arrecadação versus uma redução gradativa dos investimentos. A cada ano investimos percentualmente menos do que se arrecada, e isso está no descontrole da máquina pública e no seu custeio, que não tem gestão sobre ela. Espero que tenhamos uma melhora nesse sentido, porque a arrecadação vai continuar crescendo, não da forma como cresceu nos últimos anos. Teremos problemas de arrecadação em dois mil e catorze, assim como teremos redução da arrecadação em dois mil e treze, por conta da recessão, que também se mascara no governo federal em relação ao crescimento do país, que não é toda esta maravilha que se anuncia e que as pessoas e as empresas sentem no dia a dia. Vamos ter, assim como já tivemos em dois mil e doze, redução na arrecadação, redução no Fundo de Participação dos Municípios – FPM, e vai ter mais em dois mil e treze, vai ser pior em termos de retorno de ICMS em dois mil e catorze. Não podemos começar a gastar e comprometer o Município pelos próximos vinte anos de forma inconsequente, sabendo que em dois mil e catorze, por conta de uma série de situações que aconteceram no Município, como o fechamento, por um período, da produção da JBS, pela redução de dez por cento de retorno de ICMS da Doux Frangosul no ano de dois mil e dez em relação a dois mil e nove. Temos preocupações com o futuro da cidade e não se pode administrar de forma inconsequente, gerando compromissos para as Administrações futuras. Foi nesse sentido, Vereador Schmitz, que sempre critiquei e aponte, porque parece que se vive no mundo da fantasia, onde tudo pode e que, depois, em algum momento, podem ter certeza de que as futuras Administrações vão pagar a conta. Não é que não se queira os ônibus escolares, mas tem que se olhar para o volume do endividamento. Não é que não se queira a canalização como a que seria feita no Arroio São Miguel, ou como o conduto da Rua Capitão Porfírio, mas se quer que, ao invés de se endividar em quatro milhões de reais e não funcionar, que se tenha a preocupação com o compromisso que isso vai ser para os próximos dez anos. Essa responsabilidade é que, como Vereador, cobrei muito durante o período em que estive nesta Casa. Em muitos casos, foram simplistas, como o senhor manifestou hoje: “Os Vereadores eram contra”, “os Vereadores acham que em Montenegro está tudo ruim”. Não, mas penso que, com o crescimento de arrecadação que tivemos, especialmente nos últimos doze anos, poderíamos ter indicadores de Saúde, de Educação, de Saneamento, muito melhores daqueles que



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

Montenegro Cidade das Artes



temos hoje no Município. Em relação ao Saneamento, por exemplo, ficamos quatro anos com zero de investimento. Em relação ao Plano Municipal de Saneamento, ficamos quatro anos sem Plano. Agosto de dois mil e doze era o último prazo para os municípios fazerem o seu Plano de Saneamento. Montenegro não fez e isso vai comprometer as Administrações futuras no recebimento de verbas federais. Até dois mil e catorze existe o compromisso do zeramento do déficit escolar. Em Montenegro, nem nos respondem, enquanto Vereadores, quantas crianças estão fora das creches, porque a Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC se nega a informar isso aos Vereadores. Essas situações é que criticamos. Fomos duros em muitos momentos, mas não porque achamos que Montenegro não deva ser melhor, que na cidade está tudo ruim. Não, é porque ela poderia ser muito melhor do que é, estar muito melhor do que está por conta do crescimento da arrecadação que tivemos ao longo desses anos. *Em aparte, o Vereador Roberto Braatz:* Posso estar equivocado, mas esse recurso a que o senhor se refere, de quatro milhões para o Arroio São Miguel, não é a fundo perdido? Na verdade, o que o Município contratou, foi para o conduto. *O orador retoma a palavra:* Sim, foi exatamente isso, o senhor não está equivocado. Fiz referência à obra do Arroio São Miguel, da aplicação do recurso, e fiz referência à contratação do conduto da Rua Capitão Porfírio. Talvez tenha me expressado mal, mas a realidade é essa. O Arroio São Miguel era a primeira obra que seria feita com o recurso dos quatro milhões de reais, que foi transferido para o conduto da Rua Capitão Porfírio. O que tinha no primeiro processo era o conduto da Rua Capitão Porfírio, a fundo perdido. Como não foi feito o projeto, foi transferido para o Arroio São Miguel, e conseguiram encaixar isso a fundo perdido nesse Arroio, o que não sabemos também se vai acontecer. O que é endividamento é o Arroio Montenegro e o conduto da Rua Capitão Porfírio. Esse é o endividamento, que não funcionou. Por isso, mais quatrocentos mil reais, que aprovamos, que não fizeram também, vão fazer depois da eleição para não tumultuar o processo eleitoral, mas precisava ser licitado dentro desta Administração. **Vereador Marcos Gehlen:** Manifestações acontecem, a maioria dos senhores que está na plateia conhece as ferramentas legais que o Vereador pode utilizar para fazer com que seu mandato aconteça, buscando um avanço que seja benéfico à comunidade montenegrina. Também sabem as angústias que vivemos aqui por não ter nossos pedidos atendidos, a resposta aos nossos Pedidos de Informação muitas vezes com distorções, etc. Manifesto minha alegria por ter podido usar no dia vinte de outubro de dois mil e onze a ferramenta da Indicação, depois de toda aquela discussão que houve aqui na Câmara com relação ao contrato com a Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan. A Indicação dizia o seguinte: “Ciente da iminência da assinatura do contrato para concessão do gerenciamento dos recursos hídricos no município de Montenegro com a Corsan, indicamos que seja anexada ao contrato a seguinte cláusula: remissão de cinquenta por cento da dívida ativa do Hospital Montenegro com a Companhia, e parcelamento do restante da mesma em cem parcelas iguais. Tal iniciativa encontra respaldo pela filantropia da entidade, o Hospital Montenegro – HM, bem como possibilidade frente à Lei de Responsabilidade Fiscal”. Hoje a Prefeitura recebeu a visita do Superintendente da Corsan e de uma equipe do Estado, que veio para assumir esse compromisso com



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

Montenegro Cidade das Artes



o HM. Segundo os números apresentados, a dívida do Hospital gira em torno de um milhão e setecentos mil reais. A partir dessa iniciativa e também do acolhimento da Indicação por parte do Poder Executivo, agregando esta cláusula ao contrato com a Corsan, foi reduzida para cerca de quatrocentos e cinquenta mil reais essa dívida, uma redução de mais de cinquenta por cento e seu parcelamento será feito em cem parcelas. É um momento de comemorar porque dessa vez funcionou. Vi nas falas dos que me antecederam que, muitas vezes, não funciona. É uma Indicação, poderiam não ter acolhido. Graças a Deus acolheram, foi bom para a comunidade, foi bom para o Hospital, que vem em franco desenvolvimento. Agora, com esse compromisso assumido com a Corsan vai ter também mais uma alavancada no seu crescimento rumo a uma Saúde plena no Município de Montenegro. Fico muito feliz por poder ter participado dessa evolução. Também gostaria de falar a respeito dos Vereadores que me antecederam na Tribuna e das contradições que acontecem, porque o mundo da política é repleto de contradições. Ora estamos de um lado, ora estamos de outro, mas sempre com as mesmas convicções. E quem é vitrine está sujeito a levar pedradas, isso em todos os âmbitos: Vereador, Prefeito, Secretário. Se não quer se molhar, sai da chuva. Não tem como estar na chuva e não se molhar. Tentamos isso nesta gestão da qual estou participando pela primeira vez, lutamos e trabalhamos muito para manter a harmonia dentro desta Casa entre todos os dez Vereadores, talvez uma ou outra exceção. Acho que, ao fim e ao cabo, o resultado foi positivo, mas o fato é que não estamos aqui para sermos amigos uns dos outros. Estamos aqui para defender posições, é assim que deve ser. Se em algum momento concordamos com alguma coisa, em outro momento vamos divergir, é atribuição deste cargo. Não precisamos estar aqui preocupados em sermos grandes amigos. Precisamos defender as posições, principalmente, daqueles que nos delegaram a função de representá-los. Falando de contradições: com relação ao projeto que visava contratar emergencialmente trinta e um Agentes Comunitários de Saúde e que foi arguida a inconstitucionalidade. Está aí o exemplo maior de contradição, porque o Executivo entra com projeto querendo contratar trinta e um Agentes Comunitários de Saúde para suprir um déficit histórico, e que é necessário. Na Sala de Reuniões, tivemos uma defesa veemente da Secretária Municipal de Saúde. Ao final da discussão, um grupo de Vereadores, para ajudar no processo, apresenta emenda tentando que, em trinta dias, viesse uma programação de como seria feita esta contratação, como ela aconteceria. E aí aqueles que trazem o projeto para a Câmara arguem a inconstitucionalidade e acabam vetando esta questão dos trinta dias. Isso sim é uma vergonha! Todas as discussões que temos uns com os outros, por defendermos posições “assim ou assado” são pertinentes. Agora, isso é o fim da contradição. Quando da discussão e colocação de emenda no projeto de lei, o Consultor Jurídico desta Casa estava junto e não apontou essa inconstitucionalidade. Ou seja: não somos juristas, somos Vereadores, não temos a obrigatoriedade de saber exatamente o parâmetro jurídico que vai abranger. *Em aparte, o Vereador Marcelo Cardona:* A redação feita pela Consultoria Jurídica da Casa, então são pareceres. Esqueci de questionar se isso é uma decisão transitada em julgado ou se apenas uma primeira manifestação do Poder Judiciário. *O orador retoma a palavra:* Na verdade, o mérito deste projeto é que deve ser muito mais



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

Montenegro Cidade das Artes



levado em conta. Temos um déficit histórico na cidade de Montenegro de atendimento às comunidades carentes, às comunidades do interior. A Câmara, mesmo não querendo contratar emergencialmente, ela quer que seja feito um processo, um concurso, mas entendendo o mérito dessa contratação, e aponta que o Município vai ser beneficiada com isso; ela então acata, aceita, discute, briga, mas ela diz sim! E para corroborar, em trinta dias, precisamos ter estes dados, como vai ser feito o processo. Não, aí não pode, daí não funciona. Esse é o mundo da contradição. Esse é o mundo da política em que vivemos e em que trabalhamos com as ferramentas que são possíveis, mas, infelizmente, quem sofre com este jogo de interesses, com este jogo de poder, é a população. Critico o fato de, pela terceira vez, estar reiterando um Pedido de Providências. Primeiramente, fiz um projeto denominando a Rua Henrique Pedro Kauer, onde há uma empresa que faz uniformes para fábricas. A agonia da empresa é que, quando vai receber uma correspondência, a rua não tem nome. Fiz o projeto, uma batalha que iniciou anteriormente por iniciativa do ex-Vereador Ricardo Agádio Kraemer, que não conseguiu efetivar em seu mandato. Dei continuidade, conseguimos efetivar, denominamos a rua, projeto que seria considerado clichê pelos Vereadores, porque dar nome a uma rua é uma coisa tão simples, mas muito importante. Fiz isso e apresentei Pedido de Providências para que fosse colocada placa indicativa. Não adianta a rua ter nome se, para poder chegar lá a correspondência, não tem placa indicativa. Fiz o Pedido, reiterei o Pedido, isso já tem um ano. Estou reiterando pela terceira vez esse Pedido de Providências. Também da minha parte cabe uma crítica, no sentido de que não temos nossos Pedidos, por vezes, contemplados. *Em aparte, o Vereador Carlos E. de Mello:* Com relação a esse assunto, hoje apresentei novamente Pedido de Providências para que fosse colocada placa indicativa na Estrada Célia Kunz Maurer, que dá acesso à Atafona, em Santos Reis. Também já faz mais de um ano e não foi colocada placa. A Estrada Arnaldo Pilger, em Costa da Serra, faz quatro anos e existe uma placa lá porque este Vereador comprou e mandou pintá-la e aí eles colocaram lá, senão não teria ainda. *O orador retoma a palavra:* Mas eis que virá uma nova Administração, quem sabe as coisas mudam. Gostaria de parabenizar o Vereador Schmitz por ser incansável com relação a este projeto da Lei da Ficha Limpa. É um projeto que também vejo com muito bons olhos. Já durante a reunião que antecedeu esta Sessão, me manifestei favorável a que isso aconteça no nosso Município, que o "Ficha Suja" não assuma Cargo em Comissão ou cargos na Administração. No entanto, analisando rapidamente o projeto, penso, salvo juízo melhor, que esse projeto foi uma Indicação da Câmara de Vereadores ao Poder Executivo, haja vista que não tem nenhuma referência no projeto ser de autoria de um Vereador e, ao mesmo tempo, o artigo quarto dessa Lei diz: "O Prefeito Municipal de Salvador do Sul, dentro do prazo de noventa dias contados da publicação da Lei, promoverá a exoneração dos atuais ocupantes dos cargos de provimento em Comissão". Ou seja: cria aqui uma atribuição ao Executivo. Isso nós sabemos que, por Lei, é vedado ao Poder Legislativo, tanto que arguíram inconstitucionalidade nos trinta dias. Penso que esse projeto tenha sido uma Indicação do Poder Legislativo, com acolhida do Executivo e, então, posto em prática. Talvez essa seja a ferramenta adequada. Da minha parte, Vereador Schmitz, o senhor sabe que sempre terá apoio. *Encerrada a Hora dos Oradores, o*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

Montenegro Cidade das Artes



*Presidente determinou que se prosseguisse a Sessão com a Ordem do Dia, pedindo ao Secretário que fizesse a leitura da matéria a ser votada: 1. Requerimento n.º 81/2012, do Vereador Marcos Gehlen: Agendamento de reunião para tratar das academias de ginástica ao ar livre instaladas no Município. *Em discussão, o Vereador Marcos Gehlen:* Temos o conhecimento, não bem exato, que o Município adquiriu oito dessas academias, que passam a ser espalhadas pela cidade. Uma foi instalada no Parque Centenário e outras estão sendo instaladas. Essa reunião quer ter um conhecimento um pouco maior da sistemática de funcionamento dessas academias, se existe ou não o desejo do Executivo de disponibilizar um profissional de Educação Física, e outros detalhes que são importantes para termos um conhecimento e manifestar à comunidade. **Levado o Requerimento à votação, foi aprovado por nove votos.** 2. Parecer da Comissão Geral de Pareceres n.º 129/12, favorável ao Projeto de Lei n.º 99/2012, do Executivo Municipal, que o autoriza a firmar convênio com o Instituto Cidadania 15 de Outubro para atender ao projeto “Artes Marciais para Educar”, no valor de R\$ 5.000,00. *Em discussão, o Vereador José A. Schmitz solicitou que fosse lida a Mensagem Justificativa que acompanha o projeto em questão. O Presidente solicitou ao 1º Secretário, que prontamente realizou a leitura da mesma. Após a leitura, o Orador prosseguiu na discussão:* Não concordo que o Artes Marcias Mistas – MMA possa ser aplicado em jovens, até em função da violência empregada nos seus golpes. Embora tenha parecer favorável do Conselho Tutelar, do próprio Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMCRAD, mas não posso concordar com isso. Votarei contra o projeto; que esse recurso possa ser aproveitado e aplicado na própria escola, mas talvez com um outro tipo de atividade esportiva ou multidisciplinar. *Vereadora Iria Camargo:* Penso da mesma forma, por entender que é um esporte muito agressivo. Já participei de alguns eventos nessa área, e voltava para casa chocada, porque entendia que não é dessa forma que se educa a criança, mesmo com o objetivo de tirá-las das drogas. Acredito que deva ser repensada a forma de fazer inventivo. Voto contra, por entender que não se tira grandes proveitos e não se educa a criança com agressividade. *O Vereador Carlos E. de Mello solicitou a leitura do Parecer Jurídico da Casa, que foi prontamente lido pelo 1º Secretário. Após a leitura, o Presidente manteve o projeto em discussão. Vereador Laureno Renner:* A sugestão do nosso Consultor Jurídico foi atendida, as partes foram chamadas. Quando se falam em “trapalhadas”, se pegarmos a Mensagem Justificativa, encontraremos diversas dessas “trapalhadas” que acompanham os projetos e que, posteriormente, elas são esclarecidas e terminamos tomando posição em relação a essas questões. Diante das explicações que ouvimos nas reuniões da CGP, o projeto teve inclusive o aval do COMCRAD, bem como do Conselho Tutelar, que são órgãos de defesa da criança e do adolescente. Além disso, foi dito com todas as letras que não é propriamente o esporte MMA. Mas, como foi dito em outros momentos, quando interessa, faço uma defesa, tomo uma posição e, depois, para outras coisas, tomo outra posição. Respeitando esses órgãos de defesa, que deram parecer favorável, inclusive prestando esclarecimentos em reunião da CGP, por essa razão votei a favor em reunião da CGP e mantereí meu voto. *Vereador Roberto Braatz:* Com ou sem “trapalhadas”, esta é uma questão de mérito, ou voto a favor, ou voto contra.*



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

Montenegro Cidade das Artes



Se acho que meritoriamente devo votar a favor, voto a favor; caso contrário, voto contra, independente de existirem “trapalhadas”. Não podemos usar isso como desculpa. Por todas as manifestações de meus colegas, e nos debates que aconteceram, me manifesto contrariamente a essa proposta. Penso que tem um viés de violência que não podemos aceitar, a despeito das manifestações dos Conselhos. *Vereador Marcos Gehlen:* Sou professor e trabalho com crianças há mais de vinte anos. Nós discutimos a exaustão desse projeto, tentamos de todas as formas concatenar as visões para que não estivéssemos cometendo alguma injustiça, afinal de contas, é um projeto que se diz social. Buscamos respaldo no COMCRAD e no Conselho Tutelar, que deram pareceres favoráveis. No entanto, sabemos que, em qualquer instância de julgamento, inclusive no Judiciário, equívocos acontecem. Muitas vezes, num julgamento, alguém que, de fato, é culpado, sai absolvido. Ou seja, parecer é parecer. Minha experiência como professor, trabalhando com crianças, das mais diversas formas, há mais de vinte anos, aponta para algo não muito positivo nesse projeto. Temos a possibilidade de fazer projetos de música, artes cênicas, artes plásticas, já que somos a “Cidade das Artes”. Não voto no Plenário, mas fui um dos votos contrários na CGP e não posso concordar com um esporte que coloca duas crianças de seis, sete anos, para, ainda que com orientação de um professor, trocar golpes, sendo que, logo ali na frente, o professor não estará mais junto. E o que acontece com o psicológico desse ser em formação, como é descrito pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que ora está sob a orientação de um professor e combatendo um colega, depois não sabemos o que vai acontecer. Por tudo isso, fui contrário ao projeto. Mesmo não tendo voto aqui, minha manifestação não poderia ser diferente. *Vereador Ari Müller:* Fico muito surpreso com a posição do Conselho Tutelar, órgão que protege a criança e o adolescente, ainda mais sabendo o lugar em que será instalado o projeto. Sabemos que é o lugar onde mais existem problemas para o Conselho Tutelar. Mantenho meu voto contrário. *Vereador Marcelo Cardona:* Gostaria de registrar minha abstenção, não participei da discussão do projeto, estava em licença. Então, me abstenho da votação. **Levado o Parecer à votação, foi rejeitado por cinco votos (Vereadores Iria, Rosemari, Ari, Roberto e Schmitz); sendo favoráveis os Vereadores Carlos Einar, Laureno e Joacir; com abstenção do Vereador Marcelo Cardona; portanto, rejeitado o projeto.** 3. Parecer da Comissão Geral de Pareceres n.º 130/12, favorável ao Projeto de Lei n.º 119/2012, do Executivo Municipal, que cria o Programa de Aquisição de Gêneros Alimentícios destinados à alimentação escolar no âmbito do Município de Montenegro (aquisição diretamente da agricultura familiar). *Em discussão, o Vereador Carlos E. de Mello:* Esse projeto é muito importante, só que ele já está sendo executado há mais de dois anos. A Prefeitura já está comprando diretamente do produtor. Para nossa estranheza, apenas agora vamos oficializar ele. Infelizmente, durante todo esse tempo a aquisição estava sendo feita de forma irregular. Sempre lutamos por isso, que fossem comprados diretamente os produtos do produtor. Voto favorável. **Levado o Parecer à votação, foi aprovado por nove votos.** 4. Parecer da Comissão Geral de Pareceres n.º 131/12, favorável ao Projeto de Lei n.º 124/2012, do Executivo Municipal, que o autoriza a adquirir terreno de Remi Paulo Lerner e Lueci Laci Krug Lerner



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

Montenegro Cidade das Artes



(construção de Posto de Saúde em Costa da Serra). *Em discussão, o Vereador Carlos E. de Mello:* Precisamos de mais um posto de saúde na zona rural. Mas estaremos atentos para que tenham profissionais que atendam a comunidade, para que não aconteça o que está acontecendo com dois Programa Saúde da Família – PSF's existentes atualmente no interior, nas localidades de Santos Reis e Muda Boi, em que apenas num dia da semana é prestado atendimento às pessoas, apenas cinco fichas, com agendamento. Sou totalmente favorável, mas que tenha um profissional para atender no mínimo três vezes por semana, sem agendamento, pois ninguém vai programar a sua doença, para que não continue esse absurdo que está acontecendo. **Levado o Parecer à votação, foi aprovado por nove votos.** *Terminada a Ordem do Dia, passou-se às Explicações Pessoais. Vereador José A. Schmitz:* Falar da questão trazida pelo Presidente sobre o veto à emenda ao projeto da contratação temporária de trinta e um Agentes Comunitários de Saúde. Inclusive votei favoravelmente ao projeto, com a emenda, quando da sua votação; e naquele dia me manifestei no sentido de que era de suma importância termos os Agentes, haja vista a necessidade desse trabalho. Está bem claro na Mensagem Justificativa do projeto que o contrato emergencial visava suprir as vagas que ficaram em aberto, ou pela não aprovação de alguns candidatos, ou de alguns setores em que não houve interessados em participar. Mas foi feito concurso público para que esses cargos fossem providos. Muitas pessoas que fazem esse trabalho já eram Agentes em outras épocas e não tiveram êxito no concurso; eles deverão ocupar alguns cargos. Quando do veto, fomos buscar algumas informações, não só com o Jurídico da Câmara. Conversando com alguns advogados, eles disseram que a Câmara não tem poder para determinar prazos ao Executivo. Baseados nessa informação, nós votamos contrários ao veto, mas não contrários ao projeto de lei. *Em aparte, o Vereador Marcos Gehlen:* Primeiramente, não manifestei que o senhor era contrário ao projeto. Em segundo lugar, talvez a palavra esteja equivocada, pois não houve concurso público; o que houve foi um chamamento público com processo seletivo. *O orador retoma a palavra:* Houve um concurso público em que muitas áreas ficaram sem a sua ocupação. Por isso, como não houve aprovação e ocupação de algumas áreas, foi feito um chamamento público para preencher as demais vagas. Mas os concursados foram chamados para suprir vagas em que não houve aprovação ou, então, as pessoas que fizeram o concurso não moravam naquela área. *Em aparte, o Vereador Marcelo Cardona:* Não houve concurso público; houve chamamento público, através de uma prova, para um emprego público. *O orador retoma a palavra:* A prova foi efetuada junto com o concurso público executado pelo Município. Muitas pessoas foram reprovadas e por isso da contratação emergencial. Voltando ao assunto anteriormente tratado. Não vim aqui para discutir forma de gestão, nem índices. O objetivo era recuperar o pronunciamento que fiz na oportunidade do aniversário do Município. Hoje estamos vivendo um momento pós-eleição. Disse naquele momento: "Não quero comparar Montenegro com outros municípios da região, mas justiça seja feita. Independente de partidos ou pessoas no comando, Montenegro atualmente possui uma das melhores qualidades de vida do Brasil. Há falhas e problemas sim, mas as qualidades são muito maiores. O momento agora é de responsabilidade de todos nós, mas também uma oportunidade de crescermos.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO

Montenegro Cidade das Artes



Como no próximo ano teremos um início de gestão, acredito que todos nós, poderes constituídos, entidades, associações, a comunidade em geral, temos que nos unir para tomarmos decisões conscientes, pois vivemos um momento especial de desenvolvimento. Vamos deixar de lado questões partidárias. Montenegro é o partido da vez. O atual momento e o futuro próximo serão os nossos desafios, que só serão vencidos com a participação de todos. O futuro depende de nós". Deixando questões pessoais e partidárias, Montenegro pode crescer muito mais, se aproveitarmos o momento importante que temos, com a opinião de todos no seu desenvolvimento. **Vereador Marcelo Cardona:** Quando queremos construir uma cidade com a participação de todos, eles devem ser estimulados para que exista essa construção. O que nós vivemos nos últimos anos foi justamente o contrário. Vivemos um Poder Executivo que sistematicamente enfrentava e até debochava deste Poder Legislativo. Nem responder e dar direito aos Vereadores de exercer o seu mandato. Tivemos vários episódios aqui de deboche do Poder Executivo, impossibilitando que os Vereadores fizessem o mínimo, que é poder exercer o seu mandato. Recebiam ou atendiam somente alguns Vereadores, não estimulando a construção entre os Poderes de uma relação harmônica e independente, porque esta é a relação que se estabelece através da Constituição Federal, de harmonia e de independência. No momento em que o Poder Legislativo ousa ou tenta se tornar independente, existe um distanciamento e uma retaliação para demonstrar que quem efetivamente administra, domina e determina o que é bom ou ruim para a sua cidade é exclusivamente o Poder Executivo. Não só em relação ao Legislativo, mas às entidades também; quando não concordam com o modo de agir do Executivo, elas são descartadas, isoladas, para que não interfiram na construção da cidade que todos nós queremos, melhor e com mais resultados para todos. Ouvimos, em toda a campanha eleitoral, e ao longo dos últimos anos, que existia um zeramento do déficit nas creches de Montenegro. Em Audiência Pública, uma Secretária disse que era só questionar, e essa informação é negada; tem que ser por escrito, formalizada, que é o único meio pelo qual o Poder Executivo se relaciona com o Poder Legislativo. Questionei por escrito: "Quantas crianças aguardam por uma vaga nessas escolas? Responder especificando por escola, data de nascimento, nome de cada uma das crianças por ordem de inscrição". A resposta diz só a "escola tal, cento e dez crianças", "a escola tal, oitenta e cinco crianças", sem responder nenhum item do questionamento do Vereador. Isso demonstra como é que se estabelece uma relação de respeito quando, do somatório, temos quatrocentas e trinta e seis crianças aguardando vaga nas Escolas de Educação Infantil do Município. Temos que construir um ambiente melhor na cidade. No entanto, o mesmo se constrói a partir de um entendimento de que o Prefeito deva ser o estimulador da integração, e não só a forma como ele pensa como sendo o mais adequado ao Município. Acontece essa mesma relação entre os partidos políticos, porque partido político não quer dizer que tenha que concordar integralmente com aquilo que pensa o mandatário, quando participa da decisão, quando constrói junto um projeto, ele tem comprometimento com ele. Mas quando o Poder Legislativo é simplesmente aquele que tem que dizer sim a tudo que pensa o Prefeito, ele acaba fazendo com que haja um rompimento nessa relação, e é assim que as coisas aconteceram nos últimos anos em prejuízo da



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

Montenegro Cidade das Artes



cidade de Montenegro. Tivemos quatro anos vendo um Prefeito e um Deputado que não constroem uma relação positiva para a cidade, um Prefeito que não recebe um parlamentar que tem a sua importância no cenário estadual e que poderia ajudar o Município de Montenegro. Mas não é da iniciativa do Prefeito, então a porta está fechada. Quando entidades empresariais, como a Associação Comercial e Industrial – ACI, não podem construir uma relação, elas têm que concordar com o que o Prefeito quer para poder se relacionar. Quando se construiu uma festa, e se falava da pujança da economia de Montenegro, em que não estava representada nenhuma indústria montenegrina, não porque não gostam da cidade, mas porque só podem e só vão participar do jeito e da forma que a Prefeitura quer fazer a sua exposição, que não é do Prefeito, mas que é da comunidade, é de todos. O jeito de construir a cidade, é que se faz essa harmonia. Por isso que se tem essa oportunidade de construção coletiva, de participação. Mas para isso acontecer quem está à frente do processo tem que abrir mão de muitas coisas, e essa é a grande dificuldade. Não são questões pessoais, mas da forma como se constrói essa relação. Sentimos, aqui no Poder Legislativo, durante quatro anos, essa retaliação. Acho que poderíamos ter avançado ainda mais como Poder Legislativo, construindo essa independência, mas em muitos momentos recuamos por entender que com esse recuo estaríamos mais perto de alguns favorecimentos do outro lado. Entretanto, tentamos construir uma relação mais democrática, mais participativa do Poder Legislativo, com a presença de todos os partidos no poder, como se construiu nesta Legislatura; mas, a relação para a cidade, deveríamos avançar ainda mais. No entanto, depende de um ato, principalmente, do principal mandatário de reconhecer que não é só a sua vontade que determina os rumos da cidade, mas a construção coletiva através das pessoas que integram a comunidade. *Encerradas as Explicações Pessoais*, o Presidente convidou os Vereadores para reunião da Comissão Geral de Pareceres, na terça-feira, às oito horas e trinta minutos; e Sessão Ordinária, na quinta-feira, às dezenove horas, encerrando a presente sessão às vinte horas e quarenta minutos, lavrando para constar esta ata. *Sala de Sessões, 25 de outubro de 2012.....*

Ver. Joacir Menezes
1.º Secretário

Ver. Marcos Gehlen - "Tucu"
Presidente